

Edição nº 37 – 26 a 30 de junho

CÂMARA PERTO DE APROVAR PREÇO MÍNIMO NO TRANSPORTE DE CARGAS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei (PL) nº 528/2015, de autoria do deputado Assis Couto (PT-PR), que cria a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas. Por estar tramitando em regime conclusivo, a matéria seguirá ao Senado Federal para deliberação, salvo se um recurso para levar o PL ao Plenário da Câmara for apresentado por, no mínimo, 1/10 dos deputados (51 deputados), dentro do prazo de cinco sessões ordinárias do Plenário, a contar do último dia 23.

O projeto faz a diferenciação das cargas comuns de cargas frigorificadas, perigosas, a granel e neogranel, definindo o conceito de cada uma delas e estabelecendo preços mínimos para seu transporte.

De acordo com Couto, o objetivo da proposta é estabelecer condições razoáveis de fretes no transporte rodoviário de cargas em todo o país. O autor enfatiza que essa foi uma das medidas acordadas com os motoristas e as associações de caminhoneiros quando das paralisações dos transportes de cargas em 2015, de forma que seja garantida, através do governo federal, uma política de preço mínimo para fretes no Brasil.

O texto estabelece que o preço mínimo aplicado ao frete de cargas em geral, a granel e neogranel deverá ser de R\$0,70 (setenta centavos) por quilômetro, enquanto o transporte de cargas frigorificadas e perigosas deverá custar, no mínimo, R\$0,90 (noventa centavos) por quilômetro.

Esses valores deverão perdurar enquanto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e os representantes das cooperativas de cargas e dos sindicatos das empresas transportadoras e dos transportadores autônomos não fixarem uma plataforma de preços a ser adotada pelo Ministério dos Transportes. A plataforma de preços deverá levar em consideração a variação do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos. Além disso, o Ministério terá até o dia 20 dos meses de janeiro e julho para a publicação dos preços estabelecidos pela ANTT, que terão validade de seis meses.

A não observância da política de preços mínimos sujeitará o infrator às penalidades que serão posteriormente definidas em regulamento próprio, a ser editado pelo Poder Executivo.

O PL ainda promove uma reserva de mercado ao definir que, do total de recursos financeiros aplicados pelo governo federal no pagamento de frete de cargas, no mínimo 40% deverão ser utilizados na contratação de cooperativas de transportes.

O projeto também passou pelo crivo da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovado o parecer do relator, deputado José Stédile (PSB-RS), em sete de dezembro de 2016.

Na CCJC a matéria foi relatada pelo deputado Valtenir Pereira (PMDB-MT), que emitiu parecer pela aprovação do projeto com emendas. O parecer foi acatado pela Comissão na última terça-feira.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

MME ANUNCIA LICITAÇÃO DE ÁREAS EM DISPONIBILIDADE

Vicente Lôbo, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), anunciou em um evento ocorrido na última quarta-feira (21), que, das 20 mil áreas mineralizáveis que se encontram sob o regime de disponibilidade, o governo federal pretende viabilizar, sob um modelo que inova em relação ao atual, a licitação de 1.000 delas, onde se verificam a ocorrência de minério de ferro, fosfato, potássio, areia, argila, brita e gesso, localizadas principalmente no Pará, Mato Grosso e Amapá.

Segundo o regime legal brasileiro, caso o interessado perca a prioridade de um determinado direito minerário, ele cai na regra da disponibilidade, o que é o caso dessas áreas.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Victor Bicca, informou que das 20 mil áreas em disponibilidade, 8 mil contêm propostas recebidas pela sistemática atual, o que traz certa dificuldade operacional, uma vez que devem ser constituídas Comissões para avaliação e julgamento de cada uma das propostas. Para ilustrar, ele mencionou que, caso fossem utilizados 2 dias para avaliar e discutir cada processo, o DNPM levaria entre 8 e 10 anos para concluir os trabalhos.

A ideia da atual gestão é licitar as 1.000 áreas por meio um pregão, via plataforma online (site da Receita Federal do Brasil), cujas regras ainda estão em discussão.

Os interessados terão 120 dias para apresentar as propostas relativas às áreas que têm interesse e o vencedor será aquele que der o maior lance. A partir deste momento, ele terá até 30 dias para depositar o valor proposto e apresentar requerimento para que a autoridade minerária (DNPM) possa lhe outorgar o título minerário.

SENADO DEBATE ROTULAGEM DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal poderá analisar, nesta semana, o relatório do senador Cidinho Santos (PR-MT) ao PLC

nº 34/2015, que libera os produtores de alimentos de informar a presença de organismos geneticamente modificados (OGMs) nos rótulos dos produtos. Os transgênicos estão incluídos dentre os OGM.

O PLC, que já teve relatório pela sua rejeição apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ainda deverá tramitar pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente (CMA).

CDEICS/CD APROVA PL SOBRE APLICAÇÃO DE MULTAS PELO CADE

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o PL nº 7.238/2017, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), o qual dispõe que, nos casos de aplicação de multa a empresas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por infração à ordem econômica, o cálculo do valor da pena deverá observar o seguinte: (i) poderá ser considerado o faturamento total da empresa ou grupo de empresas, quando o Cade não dispuser do valor do faturamento no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, ou quando este for apresentado de forma incompleta, equívoca ou inidônea; (ii) a multa não será inferior à vantagem auferida quando esta puder ser estimada e quando o valor desta não for superior ao máximo percentual estabelecido; (iii) a multa será igual ao máximo percentual estabelecido quando a vantagem auferida puder ser estimada e quando o valor desta for superior àquele mesmo máximo percentual. A proposta será agora submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

CDEICS/CD APROVA PRAZO PARA REGISTRO DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

A CDEICS aprovou, na última terça-feira, o PL nº 6.072/2016, de autoria do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), que altera a Lei de Registro Mercantil para estabelecer às Juntas Comerciais prazo máximo de 72 horas para manifestação a respeito do registro de sociedades empresárias, nos termos que especifica. O PL será agora submetido à análise da CCJC da Câmara.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PLR: Projeto de Lei Complementar no Senado
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão
PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

FIQUE DE OLHO

CDEICS/CD APROVA EXCLUSÃO DO PIS E DA COFINS DA BASE DE CÁLCULO DA CPRB

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o PL nº 4.281/2016, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que

possibilita a exclusão da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) os valores do PIS e da COFINS. A proposição ainda deverá ser submetida à análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)

27/06/2017, às 11H30

PLS nº 537/2011, que estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais.

Relator: sen. Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

28/06/2017, às 8H30

PLS nº 210/2010, que isenta os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Relator: sen. Sérgio Petecão (PSD-AC)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

28/06/2017, às 10H

FIQUE DE OLHO

PLC nº 38/2017, que altera a CLT ("Reforma Trabalhista").

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (GDH)

28/06/2017, às 11H

FIQUE DE OLHO

PLS nº 53/2017, que prevê a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos pelos serviços de saúde.

Relator: sen. Paulo Paim (PT-RS)

Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

27/06/2017, às 14H, 28/06/2017, às 14H, e 29/06/2017, às 9H

FIQUE DE OLHO

MP nº 759/2016, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.

Relator: dep. Pauderney Avelino (DEM-AM)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 333/1999, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Relator: dep. Paulo Magalhães (PSD-BA)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo.

PL nº 4.742/2001, que introduz no Código Penal Brasileiro a tipificação do crime de assédio moral no trabalho.

Relator: dep. Aldir Cabral (PFL-RJ)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo do Senado Federal.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

28/06/2017, às 10H

PL nº 4.026/04, que dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, impondo limites para concessão, permissão ou autorização para a execução de serviços de radiodifusão.

Relator: dep. Domingos Neto (PSD-CE)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 6.413/2016, que cria Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tecnologias de Informação e Comunicação (Funtics), e incentiva a inclusão digital e o desenvolvimento local de produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação.

Relator: dep. André Figueiredo (PDT-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

27/06/2017, às 14H30

PL nº 2.813/2000, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Relator: dep. Arthur Lira (PP-AL)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.057/2010, que impõe limite de idade à frota de ônibus interestadual.

Relator: dep. Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

28/06/2017, às 9H30

PEC nº 227/2016, que prevê eleições diretas no caso de vacância da presidência da República, exceto nos seis últimos meses do mandato.

Relator: dep. Espiridião Amin (PP-SC)

Relatório: pela admissibilidade.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

28/06/2017, às 9H30

PL nº 7.204/2014, que proíbe os fabricantes a promover modificações técnicas, estéticas ou mecânicas em automóveis e motocicletas ofertados no mercado, pelo período inferior a um ano.

Relator: dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.032/2015, que altera a Lei de Recuperação de Empresas para priorizar os compradores de imóveis no recebimento dos valores pagos nas falências de construtoras, incorporadoras e imobiliárias.

Relator: dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 5.421/2016, que determina a resolução do contrato de crédito firmado para a compra de veículo em que haja vício de qualidade do produto.

Relator: dep. Deley (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

28/06/2017, às 10H

PL nº 522/2015, que altera a Lei Anticorrupção para condicionar a validade de acordos de leniência.

Relator: dep. Marcos Reategui (PSD-AP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.498/2016, que altera os quóruns de deliberação de sociedades limitadas.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

28/06/2017, às 10H

PLP nº 191/2015, que deixa explícita a incidência do ISS sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

Relator: dep. Fernando Monteiro (PP-PE)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.238/2013, que aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas até o limite de US\$ 1.200,00.

Relator: dep. João Gualberto (PSDB-BA)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 8.322/2014, que isenta do Imposto de Importação (II) os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Relator: dep. Miro Teixeira (REDE-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.737/2015, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluisio Mendes (PODE-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

28/06/2017, às 10H

PL nº 4.663/2016, dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

28/06/2017, às 10H

PL nº 5.337/2013, que altera a CLT para autorizar o empregador a contratar mais aprendizes, em um total de 10% dos seus empregados, quando já cumprido o limite legal estabelecido.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.440/2015, que autoriza a cobrança pelos municípios de preços das concessionárias de serviços públicos pela instalação em via pública de equipamentos destinados à exploração do serviço.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.